

O desafio do resgate e o medo de sair de casa

TRAGÉDIA NO SUL

Crise no RS não freia "pacote da destruição"

Sectores ambientalistas e ruralistas do Congresso Nacional mantêm o ímpeto de flexibilizar a legislação ambiental, comportamento que segue na contramão das necessidades impostas pela crise climática e pelo avanço dos eventos extremos

EVANDRO EBOLI e MARIA BEATRIZ GIUSTI

Noite da última quarta-feira, plenário da Câmara dos Deputados. Por larga margem, 398 votos a favor e 131 contrários, os parlamentares aprovaram que plantação de eucaliptos e pinus para fabricação de celulose não seria mais considerada atividade poluidora e degradante do meio ambiente...



Alta no nível do Rio Taquari destruiu 80% da zona urbana do município gaúcho de Muçum



Eldorado do Sul precisou evacuar cidade após nível da água subir rapidamente

Pacote contra o meio ambiente

Propostas no Congresso Nacional de ameaças socioambientais



Flexibilização do Código Florestal

Deixa toda vegetação 'não florestal' do país em perigo, permitindo que os campos nativos e outras formas de vegetação nativa possam ser livremente convertidos para uso alternativo do solo...

Redução da reserva legal da Amazônia

Diminui de 65% para 50% a parte do território dos estados amazônicos ocupada por áreas protegidas para que se possa reduzir a reserva legal de 80% para até 50%...

Anistia para desmatadores

O texto altera o marco temporal da regularização de áreas de reserva legal desmatadas irregularmente ao estender a data de anistia de julho de 2008 para maio de 2012...

Lei do Licenciamento Ambiental

Torna o licenciamento ambiental uma exceção, em vez de ser uma regra. Dissimina o licenciamento autodeclaratório, no qual o empreendedor não apresenta qualquer estudo ambiental...

Esvazia taxa de fiscalização ambiental

Projeto reduz recursos para o Ibama atuar na fiscalização. Essa taxa existe desde o ano 2000 e tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Ibama para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras...

Redecker justifica que o projeto aborça apenas campos que já tiveram suas características originais alteradas e não afeta qualquer área da mata. 'Gostaria de esclarecer que o projeto não está sendo interpretado de maneira precisa; está sendo poliglizado. Se o produtor tem uma Área de Preservação Ambiental (APP) na terra dele, por exemplo, esta segue preservada...

Retrôcesso

O esvaziamento do Ibama, com retirada de poder de fiscalização e de recursos, é outra medida das bancadas despreocupadas com o meio ambiente. No pacote, há proposta de que o órgão deva se restringir a cobrar a taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) apenas das atividades licenciadas pela União...

'O total do orçamento do Ibama hoje, incluindo tudo, é de R\$ 1,8 bilhão. A taxa representa cerca de 25% desse total. O que o setor ruralista quer é implodir o licenciamento ambiental no país. Tudo será um apertar de boia, sem estudo ambiental', afirmou a ex-presidente do Ibama, que destacou ainda a fragilidade do governo no Congresso em fazer frente à força desesetores na Câmara e no Senado...

se tornou mais presente no Congresso Nacional. 'São várias leis que foram editadas nos últimos 12 anos que têm prejuízos diretos na crise climática. Podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que se os projetos forem aprovados não haverá qualquer possibilidade de enfrentamento global às mudanças climáticas', enfatizou Guetta.

'Essas medidas servem apenas para atender a interesses particulares e imediatos, mas atuam na contramão dos interesses da população brasileira', complementou. A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) rebate os ambientalistas. 'A bancada ambientalista explora um desastre humano no Rio Grande do Sul para alimentar discurso vazio e de retórica política polarizada para ampliação de espaço de debate na imprensa', replicou.

'O setor agropecuario está focado em levar ajuda humanitária aos afetados e na retomada das atividades de vários setores destruídos pela tragédia', disse a FPA. Márcio Astriini, secretário executivo do Observatório do Clima, avalia que o retrôcesso ambiental deixou de ser obra do Executivo e passou a ser do Legislativo, com velocidade e quantidade maiores de projetos de lei sendo aprovados.

'Em Congresso que está muito conservador e antiambiental. Herdou muito do governo Bolsonaro', defendeu Astriini. 'Ficamos relacionando o desastre ambiental no RS com o 'pacote da destruição'. Permitir que uma região seja drasticamente modificada irá ter uma consequência negativa em algum momento e isso pode durar anos', demonstrou.

*Estagiária sob a supervisão de Andréia Castro

Apenas 0,11% de emendas para catástrofes

O total de emendas parlamentares previstas no Orçamento Geral da União de 2024, consideradas as modalidades individuais, de bancadas e de comissões, ultrapassa os R\$ 50 bilhões. Desse montante, R\$ 59 milhões, que equivalem a apenas 0,11%, são para gastos com obras de prevenção e recuperação de desastre como os que estão sendo registrados em quase todo

o estado do Rio Grande do Sul. E desses R\$ 59 milhões, apenas R\$ 1 milhão foi empenhado. Empenhar significa prever a liberação do recurso, o que não significa estar ainda disponibilizado para ser utilizado. Até acontecer desastre ambiental, passou longe do Congresso Nacional a preocupação em destinar recursos de emendas parlamentares para pautas

relacionadas a eventos climáticos extremos. Desviar recursos para contenção de encostas, drenagem de rios e prevenção de enchentes não dá retorno político. Levantamento feito pela Contas Abertas, especializado nas Contas do Orçamento da União, aponta que apenas nove deputados destinaram emenda para essa rubrica de preservação

ambiental. Do montante, a bancada de Santa Catarina no Congresso, como um todo, fez a dotação de quase a totalidade, chegando a R\$ 50,6 milhões. Desse nove parlamentares, apenas uma representante da bancada do Rio Grande do Sul, a deputada Fernanda Melchioni (PSol-RS), destinou recursos, de R\$ 1 milhão, para 'apoiar a execução de estudos, planos,

projetos e obras de prevenção e proteção à erosão costeira em áreas urbanizadas'. A parlamentar falou da decisão de jogar recursos para tentar evitar catástrofes como a que ocorre no estado atualmente. 'A catástrofe que assola o Rio Grande do Sul não é um evento isolado. No ano passado, o estado já havia passado por fortes chuvas e enchentes,

que vitimaram dezenas de pessoas. Eu estive no Vale do Taquari, um dos locais mais atingidos, prestando solidariedade e ouvindo demandas. Por isso, decidimos destinar essa emenda para as defesas civis municipais do Rio Grande do Sul. Só reforça a importância de as emendas serem destinadas para a real necessidade do povo', disse Melchioni. (E)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2